



DOSSIÊ ESPECIAL

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS (CESP)

v.8, n.14, 2019

# 50 anos

*de produção e transmissão de  
conhecimento: a tradição do IESP  
UERJ por seus estudantes*

Marcelo Borel

Marcia Candido

Helio Cannone

Hellen Oliveira

Matheus Vitorino

ORGANIZADORES

## **EXPEDIENTE**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP

## **CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS**

[www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP)

## **COMITÊ EDITORIAL**

Helio Cannone, IESP-UERJ

Hellen Oliveira, IESP-UERJ

Kayo Moura, IESP-UERJ

Marcelo Borel, IESP-UERJ

Marina Rute Pacheco, IESP-UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP-UERJ

Matheus Vitorino, IESP-UERJ

Paulo Joaquim Da Silva Rodrigues, IESP-UERJ

Raul Nunes de Oliveira, IESP-UERJ

## **CAPA, LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO**

Marcelo Borel

Marcia Rangel Candido

Hellen Oliveira



## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> Marcelo Borel, Marcia Candido, Helio Cannone, Hellen Oliveira & Matheus Vitorino	4
<b>Quinze Anos do Observatório Político Sul-Americano: a Integração Regional do Brasil a partir da Universidade</b> Marília Bernades Closs & Talita Tanscheit	11
<b>Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL): Histórico, Abordagens, Produções e Contestações</b> Raul Nunes & Simone Gomes	22
<b>Quando a Universidade Tem Lugar no Debate Público: a Trajetória do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA)</b> Marcia Rangel Candido & Poema Eurístenes Portela	29
<b>As Contribuições de Maria Regina Soares de Lima para a Ciência Política Brasileira</b> Marianna Albuquerque	43
<b>Por Mais Sociedade no Estado: os Estudos de Renato Boschi sobre Movimentos Sociais na Redemocratização</b> Helio Cannone	51
<b>Colocando o IUPERJ no Mapa dos Estudos de Mulheres, Gênero e Feminismo no Brasil: as Redes Intelectuais de Neuma Aguiar</b> Gabriela de Brito Caruso	59
<b>A Sociologia de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva</b> Wesley Luiz de Azevedo Dias & Wescrey Portes Pereira	68

<b>A Via Jurídica para o Americanismo nos Trópicos: a Biografia de Werneck Vianna e a Construção do IUPERJ de uma Hipótese de Democratização à Brasileira</b> Daniel Henrique da Mota Ferreira	76
<b>César Guimarães: um Professor</b> Matheus de Sá Moravia & Rafael Rezende	84
<b>Sol na Cabeça e Correria Sob os Pés: Vida e Produção de Luiz Antonio Machado da Silva</b> Clara Polycarpo & Hellen Oliveira	91
<b>Polifonia na Independência: a Contribuição de Isabel Lustosa para o Pensamento Político Brasileiro</b> Lidiane Vieira	101
<b>Um Panorama dos 50 Anos de Pós-Graduação do IESP Através de Suas Ementas</b> Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro	109
<b>Passado e Presente: a Análise da Política Externa Brasileira, Antes de Tudo</b> Leonildes Nazar	119

## **POR MAIS SOCIEDADE NO ESTADO: OS ESTUDOS DE RENATO BOSCHI SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS NA REDEMOCRATIZAÇÃO<sup>1</sup>**

*For more society in the State: Renato Boschi's studies on social movements in redemocratization*

Helio Cannone<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Para demarcar a isonomia do concurso de ensaios desta edição da Cadernos de Estudos Sociais e Políticos, este texto não foi considerado entre os candidatos, haja vista que o autor é editor da revista.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ, com bolsa do CNPq. Membro do grupo de pesquisa em Teoria Política e Pensamento Político brasileiro (Beemote) e do Grupos de Estudos de Economia e Política (GEEP). E-mail helio.cannone@gmail.com

**RESUMO**

Este ensaio pretende-se uma leitura do célebre estudo *A arte da associação* do professor Renato Boschi. A interpretação que seguimos é a de que, em um contexto intelectual de crítica sociológica ao papel do Estado e de ênfase na sociedade civil, a obra contribuiu com uma visão matizada desta relação. Para além de uma abordagem interacionista, Renato Boschi propõe que seria preciso colocar mais sociedade no Estado, para só assim fortalecer a então renascida democracia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado e sociedade, associativismo, redemocratização, movimentos sociais

**ABSTRACT**

This essay aims to be an interpretation of the famous book *A arte da associação*, written by the Professor Renato Boschi. We follow the interpretation that, in an intellectual context of sociological critics of the State, the work of Professor Boschi has contributed with a balanced way of seeing the relation between society and State. Beyond interactionist approach of Renato Boschi, his proposal was that would be necessary to put more society inside the State. In that way we could have a stronger democracy in Brazil.

**KEYWORDS:** State and society, associativism, redemocratization, social movements

Renato Boschi é um cientista político que ficou conhecido por sua larga produção acerca de temas como Capacidades Estatais, Desenvolvimento, Economia Política e Relações do Estado com o Empresariado. Entretanto, *A arte da Associação* (BOSCHI, 1987) mostra uma outra faceta deste cientista social. Sempre preocupado em sua agenda de pesquisa com as interações entre Estado e Sociedade Civil, o autor debruçou-se nesta obra na questão das ações coletivas e as mudanças políticas por elas causadas.

De fato, não foi a primeira vez que o intelectual enfatizou sua análise no comportamento político da sociedade civil. Ainda em sua dissertação de mestrado, a primeira defendida – em 1970 – no antigo IUPERJ, Renato Boschi procurou compreender como os moradores de favelas se inseriam nas dinâmicas institucionais de transformação social. Já na sua tese de doutorado, defendida em 1978 na Universidade de Michigan, o foco deslocou-se para o papel do empresariado na ordem política posterior ao golpe de 1964. Se nas análises de nosso autor nunca faltou um olhar sensível sobre o lugar de grupos sociais organizados frente ao Estado, este último também jamais foi desprezado em suas análises. *A arte da Associação* (BOSCHI, 1987) foi escrito no calor do momento de redemocratização do Brasil e forneceu, naquele momento, uma análise sobre a interação entre associações e instituições políticas em que o primeiro não é posto como superação do segundo, que, por sua vez, é criticado sem ser transformado em vilão.

Ao discutir questões teóricas sobre os Movimentos Sociais na democratização, o autor afirma que existiria “[...] uma certa idealização implícita nessas avaliações.” (BOSCHI, 1987, p. 23). As correntes de análise que então estavam em vigor superestimariam os movimentos sociais, os vendo como corte radical com as instituições liberais, sem pensar que elas são fundamentais para concretização do impacto destes movimentos. O cientista político enfatiza que a mediação institucional é necessária para reprodução e manutenção dos movimentos.

Renato Boschi também discorda da produção bibliográfica que indica as práticas não-institucionais como domínio privilegiado da liberdade. O maior problema destas análises seria o de excluir a coerção como elemento importante da ação coletiva, além de não levar em conta que sem Instituições estas práticas não são sustentáveis a longo prazo. Também incomoda nosso autor a visão de que os movimentos sociais seriam forças autônomas e espontâneas que se contraporiam a uma estrutura político-partidária gasta e ineficiente. Esta percepção simultaneamente superestima a capacidade de ação dos movimentos e subestima os Partidos políticos. Ao tentar enxergar os dois enquanto fenômenos separados, os autores desta corrente não perceberiam a interação entre as duas.

Não seria aconselhável, segundo o autor, tomar o discurso dos movimentos sobre o sistema partidário como reflexo exato de suas práticas. Os movimentos sociais ampliam a esfera de canais legítimos de participação política frente ao fato de que o partido não consegue mais ser o único e principal aglutinador social, no entanto, isso não indicaria uma decadência dos partidos como forma de representação e de participação. A tendência histórica verificada desde a Inglaterra do século XVIII seria de que ambos passariam a existir enquanto canais. Com exceção de movimentos estritamente revolucionários, – que são minoria – a ação coletiva é orientada para mudanças nas instituições e geralmente se convertem em demandas por regulação em uma esfera a qual o Estado não incluía.

Em um esforço de universalização equivocada do caso específico inglês, a bibliografia associaria erroneamente o aumento da industrialização com o surgimento de movimentos sociais. Mesmo em outros países tidos como desenvolvidos – Japão, Estados Unidos e Austrália – esta tendência geral não se verificaria. O que estes casos teriam em comum no momento de proliferação de associações seria a existência de uma “classe média educada”, somada a uma retórica de promoção da democracia por fora de canais tradicionais e demandas por autonomia em estruturas de poder altamente



centralizadas. Já no Brasil, a retórica autonomista coexistiria com uma prática reivindicatória de ação do Estado. Porém, na maioria dos casos em diversos países, os movimentos são marcados por um padrão de negociação com o Estado, e, portanto, enquadrados institucionalmente.

Para Renato Boschi, os “novos movimentos sociais” – termo que o próprio autor considera impreciso – se configurariam como espaço de constituição de novas solidariedades e canais legítimos para se atingir metas inalcançáveis somente pelos canais tradicionais saturados. Mas, eles não seriam substitutivos das instituições já estabelecidas, e sim formas complementares de participação política para a afirmação de sujeitos coletivos em democracias.

O quarto e o quinto capítulo de *A arte da Associação* buscam preencher a lacuna da bibliografia que foi descrita anteriormente, com estudos sobre participação coletiva da classe média. No primeiro, é tratada as Associações de bairro e no posterior as Associações profissionais e o sindicalismo de classe média. Nos anos 1970, teriam ocorrido mudanças sociais que tornaram a estrutura de classe mais complexa. Uma nova classe média teria se formado pelo declínio da classe média urbana e pela ascensão do fluxo de mobilidade para profissões técnicas assalariadas. Já nos anos 1980, as políticas recessivas foram responsáveis por atenuar a perspectiva de crescimento destes segmentos sociais em ascensão, contribuindo para a sua configuração como atores políticos de oposição da Ditadura militar.

O cientista social concentra sua análise nas associações de bairro formados no Rio de Janeiro entre 1980 e 1982, pois, segundo ele, a cidade seria *locus* privilegiado de formação destes movimentos. Desde os anos 1950, o Rio de Janeiro teria tradição associativa da classe média, devido ao fato de ter sido capital federal, ela crescera simultaneamente à burocratização do Estado. O objetivo inicial deste movimento seria o de corrigir distorções nas políticas públicas, fornecendo subsídios às agências do Estado.

O Período de maior desenvolvimento associativo – anos 1970 e 1980 – é concomitante com a diminuição das taxas de emprego e da renda per capita.

Este ímpeto de ação coletiva também ocorreu ao mesmo tempo em que se iniciou a liberalização do regime. O próprio fim do Ato Institucional nº 5 garantiu constitucionalmente o direito de associação e, depois, a concessão de Anistia deu uma maior sensação de segurança para as organizações sociais. Todavia, uma Legislação eleitoral que expressava a tentativa de controle por parte do regime, somada a restauração do multipartidarismo (que confundiria o eleitor) pode ter gerado a descrença em vias pré-estabelecidas de mudanças política, incentivando a associação coletiva.

A diferença das associações dos anos 1970 e 1980 quando comparadas com as dos períodos anteriores é que elas teriam uma orientação ideológica que conceberia as organizações como aberturas de espaços democráticos com base no nível local. Ao mesmo tempo, as associações de bairro se posicionavam sobre questões políticas nacionais. Os processos internos de eleição e deliberação das associações são vistos por elas como forma de criação e reprodução de valores democráticos que se contrapõem ao ambiente externo autoritário. Contudo, o autor enfatiza mais uma vez que, apesar de elas representarem de fato uma força pujante de participação da sociedade civil, seu padrão é reivindicar ação estatal.

No último capítulo do livro, antes da conclusão, o cientista social aborda a transição para a democracia e a consolidação de uma nova sociedade no Brasil. Segundo o autor, as associações ajudaram a flexibilizar o controle autoritário sobre a sociedade durante o processo de redemocratização. Elas teriam aberto frentes alternativas de atuação quando os processos institucionais eram rígidos e poucos permeáveis. A sociedade organizada é vista por Renato Boschi como um ingrediente importante para a transição no Brasil ter sido pacífica e gradual. Seria no esforço autônomo de grupos organizados que haveria surgido a base para substituição de um sistema corporativista e autoritário por um sistema pluralista.

Para o cientista político, a especificidade do processo de transição brasileiro seria de que ele não evidenciara a existência nem de um sistema

partidário estável e nem o predomínio de uma sociedade pluralista, solidamente organizada. Pelo contrário, eram dois fatores que se faziam necessários e que estavam em processo de formação. Para manter um padrão democrático em que existisse uma relação interativa entre Estado e Sociedade seria preciso que a tradição pluralista permanecesse, substituindo o padrão corporativista.

Nas conclusões da obra, o horizonte normativo defendido se mantém. O autor explicita que a abordagem utilizada de interação entre Estado e Sociedade buscou não concordar nem com as interpretações excessivamente otimistas, que idealizam o seu impacto das associações, e nem com as interpretações pessimistas, que se focavam apenas no papel do Estado autoritário. Na análise de Renato Boschi, os movimentos revelariam uma permanente busca por alternativas políticas e institucionais, tanto no nível interno quanto externo. A sobrevivência de formas de controle do Estado – como o controle sobre o direito de greve e sobre a ação dos sindicatos – são postos como empecilhos para a reconfiguração das relações entre Estado e Sociedade. A centralização do processo de decisão seria, portanto, uma característica do autoritarismo que sobrevivera após a transição.

O pensamento político e sociológico brasileiro anterior ao golpe de 1964 pode ser dividido de maneira razoavelmente satisfatória entre autores que advogavam o papel do Estado como fundamental para as mudanças sociais, os que o negavam completamente e afirmavam agência completa da sociedade civil e os que, pendendo mais para uma direção ou para outra, percebiam um meio termo possível. Após abril de 1964, o Instituto Superior de Estudos Brasileiro – maior instituição progressista que à época atribuía função positiva ao Estado – foi fechado no mesmo dia do golpe. Com o passar dos anos, os intelectuais de esquerda passaram cada vez mais a tender para o outro lado. Esta atitude era plenamente justificável, dado o aparato institucional repressivo existente no país. Nesta bibliografia, o Estado passou a ser cada vez mais caracterizado quase como ontologicamente disfuncional, por vezes se confundindo com o lugar de execução dos planos da classe dominante. Ao

analisar o caso específico brasileiro, outras características ganharam forma: o aparato autoritário era herança ibérica atrasada e a ênfase no executivo era fruto do populismo reinante<sup>3</sup>. Os pesquisadores que seguiram nesta linha acabaram por confundir o papel que o Estado pode ter desempenhado historicamente no Brasil – ou que desempenhava de fato durante a Ditadura militar – com o Estado em si mesmo, enquanto existência que foi preenchido dos mais diversos conteúdos na História mundial.

Renato Boschi resgata uma visão positiva da atuação estatal em seu livro. Ele reconhece de maneira acertada os excessos históricos cometidos pelas instituições no Brasil. Porém, lhes apresenta uma solução: é preciso pôr mais Sociedade no Estado. Na interação entre os dois surge uma possibilidade institucional e democrática de renovação do segundo a partir do primeiro, na qual os conflitos que forem surgindo podem ser enquadrados em uma forma estável de resolução. Como o autor deixa entrever na obra, uma percepção dos movimentos como fins em si mesmos, que tenderiam a progressivamente superar o Estado, não só não é verificável empiricamente como apresenta a possibilidade de um horizonte caótico e não democrático para o futuro. Paradoxalmente, isto encerraria a própria potência de aperfeiçoamento da participação democrática que estas associações representam.

## REFERÊNCIAS

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da Associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.

---

<sup>3</sup> Alguns dois trabalhos mais respeitáveis e célebres nesta linha de interpretação foram os escritos de Francisco Wefort e a 2ª edição, ampliada e modificada em 1973, de *Os Donos do Poder* de Raymundo Faoro. Embora de matrizes teóricas distintas, o diagnóstico sobre a formação do Estado brasileiro nos dois autores é similar nos pontos destacados.